

Aula 00

*Prefeitura de Teresina-PI /
GCM-Teresina (Guarda Civil Municipal)
Passo Estratégico de Noções de Direito
Ambiental - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:

Monik Begname de Castro

18 08:19:07 de Setembro de 2024

PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

Sumário

Apresentação.....	2
O que é o Passo Estratégico?	2
O que é mais cobrado dentro do assunto Princípios do Direito Ambiental?.....	3
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque.....	4
Aposta estratégica	8
Questões estratégicas.....	9
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	16
Perguntas	16
Perguntas com respostas	17
Lista de Questões Estratégicas.....	21
Gabarito	24



APRESENTAÇÃO

Olá!

Sou a professora Monik Begname de Castro e, com imensa satisfação, serei a sua analista do Passo Estratégico!

Para que você conheça um pouco sobre mim, segue um resumo da minha experiência profissional, acadêmica e como concursada:

Analista do Passo Estratégico - disciplina: Direito Ambiental.

Professora do Estratégia Concursos - disciplinas: Engenharia Florestal.

Perita Criminal do Estado de Mato Grosso do Sul desde 2022, tendo sido aprovada em 7º lugar.

Aprovada em 1º lugar no concurso da POLITEC-MT em 2022 para o Cargo de Perito Oficial Forense.

Fui Professora por 2 anos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e por 2 anos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, tendo sido aprovada em ambos os concursos em 1º lugar.

Graduada em Engenharia Florestal (Universidade Federal de Lavras).

Mestra em Ciências Florestal (Universidade Federal de Lavras).

Estou extremamente feliz de ter a oportunidade de trabalhar na equipe do “Passo”, porque tenho convicção de que nossos relatórios e simulados proporcionarão uma preparação diferenciada aos nossos alunos!

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**



Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;

b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](https://www.instagram.com/passoestrategico)

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!

O que é mais cobrado dentro do assunto Princípios do Direito Ambiental?

Iniciaremos nosso 1º Passo Estratégico com o estudo/revisão dos principais Princípios do Direito Ambiental. Assim, considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança
Princípio da Precaução e da Prevenção	44,09
Princípio do Poluidor-pagador e do Usuário-pagador	29,92
Princípio do Desenvolvimento Sustentável	8,66
Princípio da Participação Comunitária	7,87
Princípio da Informação	3,15
Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	2,36
Princípio do Protetor-recebedor	1,57
Princípio da Educação Ambiental	1,57
Princípio da Ubiquidade	0,79



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. O **Princípio da Prevenção** e o **Princípio da Precaução** além de serem os mais cobrados em prova, é comum haver confusão entre eles, por isso peço bastante atenção!!

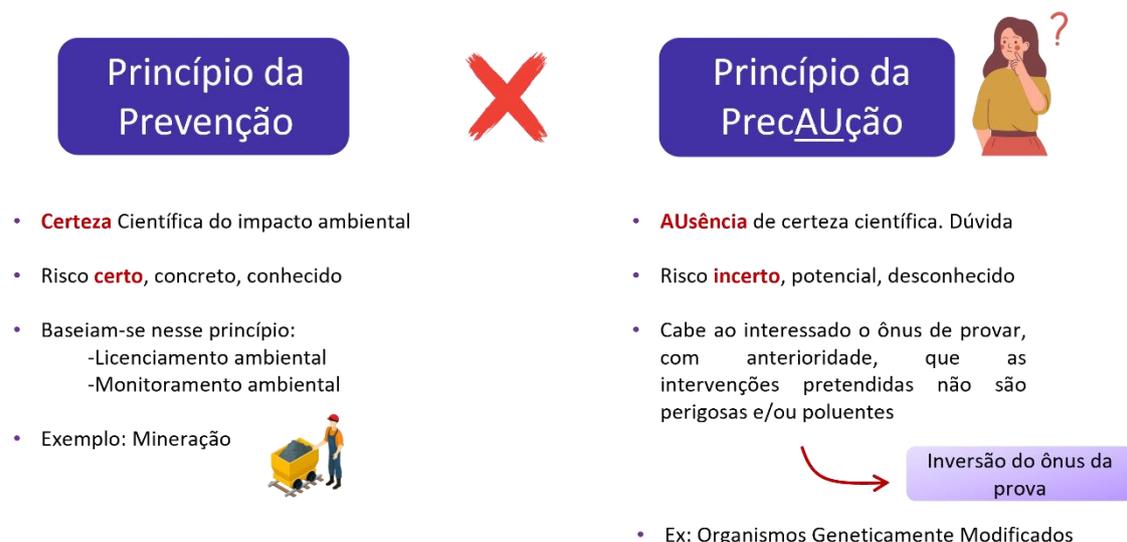
1.1 O princípio da prevenção é aplicado quando são conhecidos os danos causados ao ambiente com a prática de determinada atividade perigosa. Quando há **CERTEZA** quanto a esses danos.

- Esse princípio prevê a adoção de medidas para **prevenir, minimizar, evitar, mitigar e compensar os impactos negativos** desencadeados por atividade ou empreendimento, bem como para a **restauração de recursos ambientais**, uma vez que o restabelecimento de espaço naturais impactados se faz importante no abrandamento dos danos existentes e constitui um passo importante na prevenção de futuros danos.

- Exemplos: exigência de estudo ambiental para o licenciamento de atividade apta a causar degradação ao ambiente (Esse exemplo é muito cobrado em prova!!)

1.2 O Princípio da precaução é aplicado quando **não há certeza** quanto aos possíveis efeitos negativos de determinada atividade ou empreendimento. Ou seja, apoia-se na **AUSÊNCIA** de certeza científica (quando a informação científica é insuficiente, incerta ou inconclusiva). Nesse caso, impõem-se restrições ou impede-se a intervenção pretendida.

- É com base no Princípio da Precaução que parte da doutrina sustenta a possibilidade de **inversão do ônus da prova** nas demandas ambientais, atribuindo ao réu a obrigação de provar que a sua atividade não é perigosa nem poluidora.



2. O **Princípio do Poluidor-pagador** e o **Princípio do Usuário-pagador** também estão entre os mais cobrados em provas, além de ser comum também haver confusão entre eles.

2.1 O **Princípio do Poluidor-pagador (Princípio da Responsabilidade)**, exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, de reparação e de repressão dos danos ambientais por ele causados.

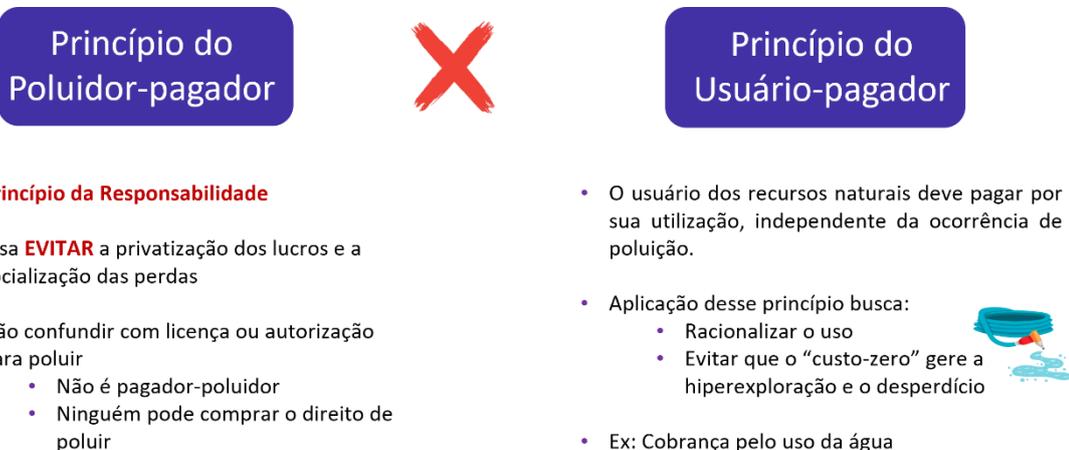
- Esse princípio é concretizado pelo que se conhece por **internalização** das **externalidades negativas**, isto é, a incorporação dos ônus externos da atividade produtiva no custo produtivo da atividade, evitando a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos ambientais.

- Uma atividade poluidora amparada em uma licença ou autorização ambiental **não desonera** o poluidor de reparar os danos ambientais, pois não se trata de uma penalidade e sim de um **ressarcimento** ao meio ambiente.

- As aplicações do Princípio do Poluidor-pagador devem ser vistas como instrumentos de caráter **preventivo, indenizatório e reparatório**, que buscam fazer com que os recursos naturais sejam utilizados de modo mais racional e sem proporcionar degradação ao meio ambiente.

2.2 O **Princípio do Usuário-Pagador** preconiza que as pessoas que utilizam os recursos naturais devem pagar pela sua utilização. Diferentemente do Princípio do Poluidor-pagador, o do Usuário-pagador pode ser aplicado mesmo que não haja poluição, não caracterizando um caráter de sanção ambiental ou indenização como aquele princípio.

- Exemplo: Cobrança pela utilização de um recurso natural sem poluição.



3. O termo **desenvolvimento sustentável** foi apresentado de forma genérica na Conferência de Estocolmo de 1972, porém o termo foi definido de modo mais específico no Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse documento, também conhecido por "Nosso Futuro Comum", o desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.



Princípio do Desenvolvimento Sustentável

- Atende às necessidades das gerações presentes
- Sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades

- Para atingir esse desenvolvimento sustentável, há que equilibrar o que se conhece **por tripé da sustentabilidade**, que preconiza que o desenvolvimento deve ser **ecologicamente equilibrado**, **socialmente justo** (equidade social) e **economicamente viável**.



4. O **Princípio da Participação Comunitária**, também denominado **Princípio da Participação Cidadã**, **Princípio da Participação Popular** ou **Princípio Democrático**, determina que as pessoas têm o direito de participar ativamente das decisões políticas ambientais, considerando o caráter transindividual dos danos ambientais.

- Esse princípio se concretiza, por exemplo, quando são exigidas **audiências públicas** em licenciamentos ambientais, **consultas públicas** na criação de unidades de conservação e na legitimação para propositura de **ações populares** e **ações civis públicas**.

5. O **Princípio da Informação** não é exclusivo do Direito Ambiental, podendo também ser encontrado em outros ramos, a exemplo do Direito do Consumidor e do Direito Administrativo. Está relacionado aos princípios da **Participação** e da **Publicidade**.

- Segundo o art. 5º, XXXIII, da CF/88, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

- Qualquer indivíduo, **INDEPENDENTEMENTE** da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações ambientais, mediante requerimento escrito.

- **Princípio 10, da Declaração Rio/92**, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos.

6. **Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado**: esse princípio se concretiza com a manutenção de um bom equilíbrio ambiental, ou seja, sem alterações significativas provocadas pelo homem.



- Encontra-se fundamentado no art. 225 da Carta Magna quando assevera que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

- O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de **3ª geração**, fundado no princípio da solidariedade, ligado ao direito fundamental à vida e à proteção da dignidade da vida humana.

7. O **Princípio do Protetor-recebedor** é o contrário do poluidor-pagador.

- Esse princípio postula que aquele que protege um bem natural em benefício da comunidade deve receber uma compensação financeira como incentivo pelo serviço de proteção ambiental prestado.

8. O **Princípio da Ubiquidade** pode ser mencionado como princípio do Direito Ambiental devido à onipresença do meio ambiente, que não encontra qualquer fronteira territorial e é um bem de natureza difusa.

- De acordo com o Princípio da Ubiquidade, o objeto de proteção do meio ambiente, localizado no epicentro dos direitos humanos, deve ser levado em consideração toda vez que uma política, atuação, legislação sobre qualquer tema, atividade, obra tiver que ser criada e desenvolvida.

9. **Princípio da Educação Ambiental**: a educação ambiental, como um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

- Conforme o art. 225, parágrafo 1º, VI, da CF/88, incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

- A Política Nacional de Educação Ambiental prevê a educação ambiental como um componente **essencial** e **permanente** da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

10. **Princípio da Função Socioambiental da Propriedade**: a função social da propriedade foi reconhecida expressamente pela Constituição de 1988.

- A Constituição **impõe ao proprietário o dever de exercer o seu direito de propriedade em conformidade com a preservação do meio ambiente**, no sentido de que, se ele não o fizer, o exercício do seu direito de propriedade não será legítimo.

- A propriedade **RURAL** cumpre a sua função social quando atende, simultaneamente, a quatro requisitos:

- ✓ o aproveitamento racional e adequado;
- ✓ a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente;
- ✓ observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- ✓ exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

- A propriedade **URBANA**, para desempenhar a sua função social, deve atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no **plano diretor**.





A função social da propriedade **não** se limita à propriedade rural.

A propriedade urbana também deve cumprir a sua função social.

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



Dentro do assunto “[Princípio do Direito Ambiental](#)”, são os pontos que acreditamos serem os que possuem mais chances de serem cobrados pela banca:

- Diferenças entre os Princípios da Prevenção e Precaução:

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



<div style="border: 1px solid black; border-radius: 10px; background-color: #4a5568; color: white; padding: 5px; display: inline-block;">Princípio da Prevenção</div>		<div style="border: 1px solid black; border-radius: 10px; background-color: #4a5568; color: white; padding: 5px; display: inline-block;">Princípio da Prec<u>A</u>ução</div>
<ul style="list-style-type: none">• Certeza Científica do impacto ambiental• Risco certo, concreto, conhecido• Baseiam-se nesse princípio:<ul style="list-style-type: none">-Licenciamento ambiental-Monitoramento ambiental• Exemplo: Mineração 		<ul style="list-style-type: none">• Ausência de certeza científica. Dúvida • Risco incerto, potencial, desconhecido• Cabe ao interessado o ônus de provar, com anterioridade, que as intervenções pretendidas não são perigosas e/ou poluentes <div style="text-align: center;"><div style="border: 1px solid black; border-radius: 5px; background-color: #4a5568; color: white; padding: 2px 5px; display: inline-block;">Inversão do ônus da prova</div></div> <ul style="list-style-type: none">• Ex: Organismos Geneticamente Modificados

- Diferenças entre os Princípios do Poluidor-pagador e Usuário-pagador.

<div style="border: 1px solid black; border-radius: 10px; background-color: #4a5568; color: white; padding: 5px; display: inline-block;">Princípio do Poluidor-pagador</div>		<div style="border: 1px solid black; border-radius: 10px; background-color: #4a5568; color: white; padding: 5px; display: inline-block;">Princípio do Usuário-pagador</div>
<ul style="list-style-type: none">• Princípio da Responsabilidade• Visa EVITAR a privatização dos lucros e a socialização das perdas• Não confundir com licença ou autorização para poluir<ul style="list-style-type: none">• Não é pagador-poluidor• Ninguém pode comprar o direito de poluir		<ul style="list-style-type: none">• O usuário dos recursos naturais deve pagar por sua utilização, independente da ocorrência de poluição.• Aplicação desse princípio busca:<ul style="list-style-type: none">• Racionalizar o uso • Evitar que o "custo-zero" gere a hiperexploração e o desperdício• Ex: Cobrança pelo uso da água

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (NUCEPE EUSPI/2019/ GUARDA MUNICIPAL) Dentre os princípios dos quais se cercam o Direito Ambiental, que colaboram com atitudes concretas para que haja um meio ambiente ecologicamente equilibrado, encontra-se o Princípio do Poluidor Pagador. Marque a alternativa abaixo que melhor expressa este princípio:



- a) princípio que revela a primazia do interesse público sobre o particular, decorre de previsão constitucional que consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo, competindo ao Poder Público e à sociedade sua preservação e sua proteção;
- b) prega que não se admite, em tempos atuais, que as atividades econômicas se desenvolvam sem a preservação do meio ambiente, pois a ordem econômica também possui como fundamento a defesa e preservação do meio ambiente;
- c) reflete o ônus que o causador de danos ambientais deve ter com a preservação do meio ambiente, pois todo aquele que polui deve ser responsabilizado por seus atos. O objetivo deste princípio é obrigar a iniciativa privada a internalizar os custos ambientais, causados pela produção e pelo consumo na forma de degradação e de esgotamento dos recursos ambientais;
- d) garante ao cidadão o direito à informação e participação na elaboração de políticas públicas que asseguram um meio ambiente equilibrado, seja através de meios administrativos, legislativos, ou judiciais;
- e) pondera que para que se possa impedir uma atividade deve existir uma justificativa técnica fundamentada em critérios científicos aceitos pela comunidade internacional, a fim de evitar interrupção de experiências e projetos sociais relevantes.

Comentários

a) **Errado.** princípio que revela a primazia do interesse público sobre o particular, decorre de previsão constitucional que consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo, competindo ao Poder Público e à sociedade sua preservação e sua proteção;

A assertiva trata do Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado;

b) **Errado.** prega que não se admite, em tempos atuais, que as atividades econômicas se desenvolvam sem a preservação do meio ambiente, pois a ordem econômica também possui como fundamento a defesa e preservação do meio ambiente;

A assertiva trata do Princípio do Desenvolvimento Sustentável;

c) **Correto.** reflete o ônus que o causador de danos ambientais deve ter com a preservação do meio ambiente, pois todo aquele que polui deve ser responsabilizado por seus atos. O objetivo deste princípio é obrigar a iniciativa privada a internalizar os custos ambientais, causados pela produção e pelo consumo na forma de degradação e de esgotamento dos recursos ambientais;

O Princípio do Poluidor Pagador é concretizado pelo que se conhece por **internalização** das **externalidades negativas**, isto é, a incorporação dos ônus externos da atividade produtiva no custo produtivo da atividade, evitando a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos ambientais.

- Uma atividade poluidora amparada em uma licença ou autorização ambiental **não desonera** o poluidor de reparar os danos ambientais, pois não se trata de uma penalidade e sim de um **ressarcimento** ao meio ambiente.

- As aplicações do Princípio do Poluidor-pagador devem ser vistas como instrumentos de caráter **preventivo, indenizatório e reparatório**, que buscam fazer com que os recursos naturais sejam utilizados de modo mais racional e sem proporcionar degradação ao meio ambiente.

d) **Errado.** garante ao cidadão o direito à informação e participação na elaboração de políticas públicas que asseguram um meio ambiente equilibrado, seja através de meios administrativos, legislativos, ou judiciais;



A assertiva trata do Princípio da Participação;

e) **Errado**. pondera que para que se possa impedir uma atividade deve existir uma justificativa técnica fundamentada em critérios científicos aceitos pela comunidade internacional, a fim de evitar interrupção de experiências e projetos sociais relevantes.

A assertiva trata do Princípio da Precaução;

Dessa forma, a **alternativa correta é a letra "C"**.

2. (NUCEPE EUSPI/2019/ GUARDA CIVIL MUNICIPAL) “Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.” (Artigo 225, §2º, da Constituição Federal).

Assinale a alternativa que contém o princípio correspondente à previsão constitucional supracitada:

- a) Princípio da prevenção.
- b) Princípio do usuário-pagador.
- c) Princípio da precaução.
- d) Princípio do Desenvolvimento Sustentável.
- e) Princípio do poluidor-pagador.

Comentários

O Princípio do Poluidor-pagador (Princípio da Responsabilidade), exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, de reparação e de repressão dos danos ambientais por ele causados.

Dessa forma, a **alternativa correta é a letra "E"**.

3. (NUCEPE EUSPI/2019/ GUARDA CIVIL MUNICIPAL) O princípio ambiental segundo o qual, quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental, denomina-se:

- a) princípio da informação.
- b) princípio da prevenção.
- c) princípio da precaução.
- d) princípio da educação ambiental.
- e) princípio da função socioambiental da propriedade.

Comentários

O Princípio da precaução é aplicado quando **não há certeza** quanto aos possíveis efeitos negativos de determinada atividade ou empreendimento. Ou seja, apoia-se na **AUSÊNCIA** de certeza científica (quando a informação científica é insuficiente, incerta ou inconclusiva). Nesse caso, impõem-se restrições ou impede-se a intervenção pretendida.



- E com base no Princípio da Precaução que parte da doutrina sustenta a possibilidade de **inversão do onus da prova** nas demandas ambientais, atribuindo ao réu a obrigação de provar que a sua atividade não é perigosa nem poluidora.

Dessa forma, a **alternativa correta é a letra "C"**.

4. (INTITUTO MAIS/2023) Sobre o direito ambiental, analise as proposições abaixo.

I. O princípio do poluidor pagador pode ser entendido como sendo um instrumento econômico e, também, ambiental, que exige do poluidor, uma vez identificado, suportar os custos das medidas preventivas e/ou das medidas cabíveis para, senão a eliminação, pelo menos a neutralização dos danos ambientais.

II. O objetivo do princípio do desenvolvimento sustentável é o de impedir que ocorram danos ao meio ambiente, concretizando-se, portanto, pela adoção de cautelas, antes da efetiva execução de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais.

III. O princípio da participação comunitária é o fundamento constitucional para imposição coativa de exercer seu direito de propriedade em consonância com as diretrizes de proteção do meio ambiente.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários

I. **Correto.** O princípio do poluidor pagador pode ser entendido como sendo um instrumento econômico e, também, ambiental, que exige do poluidor, uma vez identificado, suportar os custos das medidas preventivas e/ou das medidas cabíveis para, senão a eliminação, pelo menos a neutralização dos danos ambientais.

II. **Errado.** O objetivo do princípio do desenvolvimento sustentável é o de impedir que ocorram danos ao meio ambiente, concretizando-se, portanto, pela adoção de cautelas, antes da efetiva execução de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais.

O princípio do desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

III. **Errado.** O princípio da participação comunitária é o fundamento constitucional para imposição coativa de exercer seu direito de propriedade em consonância com as diretrizes de proteção do meio ambiente.

O **Princípio da Participação Comunitária**, também denominado **Princípio da Participação Cidadã**, **Princípio da Participação Popular** ou **Princípio Democrático**, determina que as pessoas têm o direito de participar ativamente das decisões políticas ambientais, considerando o caráter transindividual dos danos ambientais.

Dessa forma, a **alternativa correta é a letra "A"**.



5. (FUNCERN/2023) Sobre os princípios do direito ambiental, e correto afirmar:

- a) o princípio da precaução visa identificar os danos ambientais futuros e exige do poluidor arcar com os custos das medidas preventivas para a eliminação desses danos.
- b) o princípio da prevenção visa impedir a ocorrência da poluição, por meio de uma série de medidas a fim de prevenir a ocorrência do dano ambiental.
- c) o princípio da participação pública visa satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.
- d) o princípio da cooperação entre os povos visa garantir que a população tenha conhecimento das questões relacionadas ao meio ambiente e possam formar opinião sobre os problemas ambientais.

Comentários

- a) **Errado.** o princípio ~~da precaução~~ **do Poluidor Pagador** visa identificar os danos ambientais futuros e exige do poluidor arcar com os custos das medidas preventivas para a eliminação desses danos.
- b) **Correto.** o princípio da prevenção visa impedir a ocorrência da poluição, por meio de uma série de medidas a fim de prevenir a ocorrência do dano ambiental.
- c) **Errado.** o princípio ~~da participação pública~~ **do Desenvolvimento Sustentável** visa satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.
- d) **Errado.** o princípio ~~da cooperação~~ **da Informação** entre os povos visa garantir que a população tenha conhecimento das questões relacionadas ao meio ambiente e possam formar opinião sobre os problemas ambientais.

Dessa forma, a **alternativa correta e a letra "B"**.

6. (INSTITUTO MAIS/2022) O princípio do direito ambiental que estabelece que aquele que usar os recursos ambientais deve pagar por esse uso, na medida em que está usando algo que é um bem de uso comum, isso é, de fruição coletiva, é chamado o princípio do(a)

- a) usuário-pagador.
- b) prevenção.
- c) poluidor-pagador.
- d) desenvolvimento sustentável.

Comentários

Pelo Princípio do Usuário-pagador o usuário de recursos naturais deve pagar por sua utilização, INDEPENDENTEMENTE da ocorrência de poluição. A aplicação desse princípio busca racionalizar o uso, além de evitar que o "custozero" gere a hiperexploração e o desperdício.

Esse Princípio preconiza que as pessoas que utilizam os recursos naturais devem pagar pela sua utilização. Diferentemente do Princípio do Poluidor-pagador, o do Usuário-pagador pode ser aplicado mesmo que não haja poluição, não caracterizando um caráter de sanção ambiental ou indenização como aquele princípio.



- Exemplo: Cobrança pela utilização de um recurso natural sem poluição.

Dessa forma, a **alternativa correta e a letra "A"**.

7. (INSTITUTO MAIS/2022) Dos princípios do direito ambiental, é correto afirmar que o princípio da precaução

- a) permite evitar a degradação ou minimizá-la.
- b) remete à ideia de responsabilidade atribuindo ao poluidor a obrigação de reparar o dano.
- c) é qualificado pela existência de uma ameaça a danos graves ou irreversíveis, bem como pela desnecessidade de certeza científica absoluta.
- d) é aplicado em relação aos impactos ambientais conhecidos e dos quais se possa estabelecer as medidas necessárias para prever e evitar os danos ambientais.

Comentários

O Princípio da precaução é aplicado quando **não há certeza** quanto aos possíveis efeitos negativos de determinada atividade ou empreendimento. Ou seja, apoia-se na **AUSÊNCIA** de certeza científica (quando a informação científica é insuficiente, incerta ou inconclusiva). Nesse caso, impõem-se restrições ou impede-se a intervenção pretendida.

- É com base no Princípio da Precaução que parte da doutrina sustenta a possibilidade de **inversão do ônus da prova** nas demandas ambientais, atribuindo ao réu a obrigação de provar que a sua atividade não é perigosa nem poluidora.

Dessa forma, a **alternativa correta e a letra "C"**.

8. (IFEP/2019) Dentre os princípios do direito ambiental, o Princípio da prevenção consiste em:

- a) Evitar e prevenir danos por meio de eliminação total de riscos abstratos, não sendo necessária a comprovação da certeza científica.
- b) O utilizador do recurso deve suportar o conjunto dos custos destinados a tornar possível a utilização do recurso e os custos advindos de sua própria utilização.
- c) Evitar os danos a partir dos riscos cientificamente certificados e comprovados, ou seja, visa evitar danos por meio de eliminação de riscos concretos.
- d) Exigir e demandar daquele que desequilibra o meio ambiente a sua devida reparação
- e) Permitir o acesso à informação e possibilita na contribuição dos interessados, e a tomar decisões.

Comentários

O princípio da prevenção é aplicado quando são conhecidos os danos causados ao ambiente com a prática de determinada atividade perigosa. Quando há **CERTEZA** quanto a esses danos.

- Esse princípio prevê a adoção de medidas para **prevenir, minimizar, evitar, mitigar e compensar os impactos negativos** desencadeados por atividade ou empreendimento, bem como para a **restauração de**



recursos ambientais, uma vez que o restabelecimento de espaço naturais impactados se faz importante no abrandamento dos danos existentes e constitui um passo importante na prevenção de futuros danos.

- Exemplos: exigência de estudo ambiental para o licenciamento de atividade apta a causar degradação ao ambiente (Esse exemplo é muito cobrado em prova!!)

Dessa forma, a **alternativa correta e a letra "C"**.

9. (GUALIMP/2016) Presente na política ambiental brasileira, o princípio do “Poluidor-Pagador”:

- a) Obriga a internalização de custos pelos agentes econômicos responsáveis por danos e riscos impostos ao meio ambiente e a saúde humana.
- b) Busca meios e condições legais para o financiamento, pelo setor público, das despesas e custos acarretados pelo atendimento à emergências ambientais.
- c) Orienta a prevalência do regime de descentralização territorial e político-administrativa nas questões ambientais.
- d) Providencia um conjunto de instrumentos de gestão ambiental que, no âmbito do tema de emergências ambientais tem como principais objetivos introduzir mecanismos inovadores no processo de gestão e implementar o controle ambiental.

Comentários

O Princípio do Poluidor-pagador (**Princípio da Responsabilidade**), exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, de reparação e de repressão dos danos ambientais por ele causados.

Logo, alternativa correta: A

10. (CETAP/2015). A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997) estabelece que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, e que um dos seus instrumentos é a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Ao dispor que a água é um recurso dotado de valor econômico, e, permitir a cobrança pelo seu uso, a Política Nacional de Recursos Hídricos está adotando o princípio ambiental:

- a) da prevenção.
- b) da responsabilidade.
- c) da precaução.
- d) da supremacia do interesse público.
- e) do usuário-pagador.

Comentários

Pelo Princípio do Usuário-pagador o usuário de recursos naturais deve pagar por sua utilização, INDEPENDENTEMENTE da ocorrência de poluição. A aplicação desse princípio busca racionalizar o uso, além de evitar que o "custozero" gere a hiperexploração e o desperdício.



Esse Princípio preconiza que as pessoas que utilizam os recursos naturais devem pagar pela sua utilização. Diferentemente do Princípio do Poluidor-pagador, o do Usuário-pagador pode ser aplicado mesmo que não haja poluição, não caracterizando um caráter de sanção ambiental ou indenização como aquele princípio.

- Exemplo: Cobrança pela utilização de um recurso natural sem poluição.

Logo, alternativa correta: E

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Basicamente, o que diferencia o Princípio da Prevenção do Princípio da Precaução?**
- 2. O que preconiza o Princípio do Poluidor-pagador?**
- 3. O estudo prévio de impacto ambiental está vinculado em especial a qual princípio de Direito Ambiental?**
- 4. O que difere o Princípio do Usuário-pagador do Princípio do Poluidor-pagado?**
- 5. O que é o desenvolvimento sustentável de acordo com o documento "Nosso Futuro Comum"?**
- 6. Quais são os outros nomes dados as Princípio da Participação comunitária? O que prevê esse princípio? E como ele se concretiza?**



7. Qual é o princípio que prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral?
8. Qual é o princípio que tem o objetivo de premiar aquelas pessoas que prestam serviços ambientais para a coletividade?
9. Qual é o princípio do direito ambiental segundo o qual os cidadãos têm o direito de participar da elaboração de políticas públicas ambientais e de obter de órgãos públicos informações referentes à defesa do meio ambiente?
10. O princípio da ubiquidade visa garantir a proteção ao meio ambiente, considerando-o como um fator relevante a ser estudado antes da prática de qualquer atividade, de modo a preservar a vida e a sua qualidade. Explique
11. Pelo Princípio da Função Socioambiental da Propriedade, quando que uma propriedade cumpre sua função social?

Perguntas com respostas

1. Basicamente, o que diferencia o Princípio da Prevenção do Princípio da Precaução?

Aplica-se o Princípio da Prevenção, quando o **perigo é certo** e quando se tem elementos seguros para afirmar que uma determinada atividade é efetivamente perigosa.

Já o Princípio da Precaução aplica-se quando a informação científica é insuficiente, inconclusiva ou **incerta** e haja indicações de que os possíveis efeitos de determinadas intervenções sobre o ambiente, a saúde das pessoas ou dos animais ou a proteção vegetal possam ser potencialmente perigosos e incompatíveis com o nível de proteção escolhido.

2. O que preconiza o Princípio do Poluidor-pagador?

Esse Princípio, também chamado de Princípio da Responsabilidade, prevê que o poluidor responda pelos custos sociais da degradação causada por sua atividade impactante.

Dentro da economia do meio ambiente, esse princípio é concretizado pelo que se conhece por internalização das externalidades negativas, isto é, a incorporação dos ônus externos da atividade produtiva no custo produtivo da atividade, evitando a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos ambientais.

3. O estudo prévio de impacto ambiental está vinculado em especial a qual princípio de Direito Ambiental?

O princípio da prevenção tem como objetivo impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente, por meio da imposição de medidas acautelatórias, antes da implantação de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

O estudo prévio de impacto ambiental, previsto no art. 225, § 1º, IV, da CF, é exemplo típico desse direcionamento preventivo. Por certo, nenhum outro instrumento jurídico melhor encarna a vocação preventiva do Direito Ambiental do que o EIA, criado exatamente para prevenir e impedir o dano, antes de sua manifestação.

4. O que difere o Princípio do Usuário-pagador do Princípio do Poluidor-pagador?



O Princípio do Poluidor-pagador preve que o poluidor responda pelos custos sociais da degradação causada por sua atividade impactante.

Já o Princípio do Usuário-pagador preconiza que as pessoas que utilizam os recursos naturais devem pagar pela sua utilização. Diferentemente do Princípio do Poluidor-pagador, o do Usuário-pagador pode ser aplicado mesmo que não haja poluição, não caracterizando um caráter de sanção ambiental ou indenização como aquele princípio.

Assim, a cobrança pela utilização de um recurso natural sem poluição, a exemplo do uso racional da água, é exemplo de aplicação do Princípio do Usuário-pagador, e não do Poluidor-pagador.

Não obstante essa diferença, parte da doutrina entende que o Princípio do Poluidor-pagador está contido no do Usuário-pagador, uma vez que a poluição pressupõe o uso. Já o contrário não é verdadeiro, visto ser possível, ao menos teoricamente, o uso sem poluição.

5. O que é o desenvolvimento sustentável de acordo com o documento "Nosso Futuro Comum"?

O termo desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

6. Quais são os outros nomes dados ao Princípio da Participação comunitário? O que prevê esse princípio? E como ele se concretiza?

O Princípio da Participação Comunitária também pode ser denominado como Princípio da Participação Cidadã, Princípio da Participação Popular ou Princípio Democrático.

Esse Princípio determina que as pessoas têm o direito de participar ativamente das decisões políticas ambientais, considerando o caráter transindividual dos danos ambientais.

Ele se concretiza, por exemplo, quando são exigidas **audiências públicas** em licenciamentos ambientais, **consultas públicas** na criação de unidades de conservação e na legitimação para propositura de **ações populares e ações civis públicas**.

7. Qual é o princípio que prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral?

É o Princípio da Informação. Esse princípio não é exclusivo do Direito Ambiental, podendo também ser encontrado em outros ramos, a exemplo do Direito do Consumidor e do Direito Administrativo. Está relacionado aos princípios da Participação e da Publicidade.

- Segundo o art. 5º, XXXIII, da CF/88, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

- Qualquer indivíduo, INDEPENDENTEMENTE da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações ambientais, mediante requerimento escrito.

- Princípio 10, da Declaração Rio/92, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos.



8. Qual e o principio que tem o objetivo de premiar aquelas pessoas que prestam serviços ambientais para a coletividade?

Princípio do protetor-recebedor. Esse princípio fundamenta-se na criação de benefícios em favor daqueles que protegem o meio ambiente.

É esse princípio que alicerça o chamado pagamento por serviços ambientais (PSA) que, segundo a novel Lei nº 14.119/21, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), é definido como (art. 2º, IV):

IV - pagamento por serviços ambientais: transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

9. O princípio da ubiquidade visa garantir a proteção ao meio ambiente, considerando-o como um fator relevante a ser estudado antes da prática de qualquer atividade, de modo a preservar a vida e a sua qualidade. Explique

Ubiquidade é a propriedade do que é onipresente. Desse modo, o Princípio da Ubiquidade pode ser mencionado como princípio do Direito Ambiental devido à onipresença do meio ambiente, que não encontra qualquer fronteira territorial e é um bem de natureza difusa.

Um desastre ambiental no Brasil pode trazer consequências diretas e indiretas à Europa, por exemplo. Daí a importância deste princípio quando se fala em cooperação entre os povos.

10. Pelo Princípio da Função Socioambiental da Propriedade, quando que uma propriedade cumpre sua função social?

A propriedade **RURAL** cumpre a sua função social quando atende, simultaneamente, a quatro requisitos, entre eles o aproveitamento racional e adequado, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

Já a propriedade **URBANA**, para desempenhar a sua função social, deve atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. Lembrando que o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de vinte (20.000) mil habitantes!

Grande abraço e bons estudos!

Monik Begname





[Insta: www.instagram.com/profmonikbegname](https://www.instagram.com/profmonikbegname)



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (NUCEPE EUSPI/2019/ GUARDA MUNICIPAL) Dentre os princípios dos quais se cercam o Direito Ambiental, que colaboram com atitudes concretas para que haja um meio ambiente ecologicamente equilibrado, encontra-se o Princípio do Poluidor Pagador. Marque a alternativa abaixo que melhor expressa este princípio:

- a) princípio que revela a primazia do interesse público sobre o particular, decorre de previsão constitucional que consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo, competindo ao Poder Público e à sociedade sua preservação e sua proteção;
- b) prega que não se admite, em tempos atuais, que as atividades econômicas se desenvolvam sem a preservação do meio ambiente, pois a ordem econômica também possui como fundamento a defesa e preservação do meio ambiente;
- c) reflete o ônus que o causador de danos ambientais deve ter com a preservação do meio ambiente, pois todo aquele que polui deve ser responsabilizado por seus atos. O objetivo deste princípio é obrigar a iniciativa privada a internalizar os custos ambientais, causados pela produção e pelo consumo na forma de degradação e de escasseamento dos recursos ambientais;
- d) garante ao cidadão o direito à informação e participação na elaboração de políticas públicas que asseguram um meio ambiente equilibrado, seja através de meios administrativos, legislativos, ou judiciais;
- e) pondera que para que se possa impedir uma atividade deve existir uma justificativa técnica fundamentada em critérios científicos aceitos pela comunidade internacional, a fim de evitar interrupção de experiências e projetos sociais relevantes.

2. (NUCEPE EUSPI/2019/ GUARDA CIVIL MUNICIPAL) “Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.” (Artigo 225, §2º, da Constituição Federal).

Assinale a alternativa que contém o princípio correspondente à previsão constitucional supracitada:

- a) Princípio da prevenção.
- b) Princípio do usuário-pagador.
- c) Princípio da precaução.
- d) Princípio do Desenvolvimento Sustentável.
- e) Princípio do poluidor-pagador.

3. (NUCEPE EUSPI/2019/ GUARDA CIVIL MUNICIPAL) O princípio ambiental segundo o qual, quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental, denomina-se:

- a) princípio da informação.
- b) princípio da prevenção.



- c) princípio da precaução.
- d) princípio da educação ambiental.
- e) princípio da função socioambiental da propriedade.

4. (INTITUTO MAIS/2023) Sobre o direito ambiental, analise as proposições abaixo.

I. O princípio do poluidor pagador pode ser entendido como sendo um instrumento econômico e, também, ambiental, que exige do poluidor, uma vez identificado, suportar os custos das medidas preventivas e/ou das medidas cabíveis para, senão a eliminação, pelo menos a neutralização dos danos ambientais.

II. O objetivo do princípio do desenvolvimento sustentável é o de impedir que ocorram danos ao meio ambiente, concretizando-se, portanto, pela adoção de cautelas, antes da efetiva execução de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais.

III. O princípio da participação comunitária é o fundamento constitucional para imposição coativa de exercer seu direito de propriedade em consonância com as diretrizes de proteção do meio ambiente.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

5. (FUNCERN/2023) Sobre os princípios do direito ambiental, é correto afirmar:

- a) o princípio da precaução visa identificar os danos ambientais futuros e exige do poluidor arcar com os custos das medidas preventivas para a eliminação desses danos.
- b) o princípio da prevenção visa impedir a ocorrência da poluição, por meio de uma série de medidas a fim de prevenir a ocorrência do dano ambiental.
- c) o princípio da participação pública visa satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.
- d) o princípio da cooperação entre os povos visa garantir que a população tenha conhecimento das questões relacionadas ao meio ambiente e possam formar opinião sobre os problemas ambientais.

6. (INSTITUTO MAIS/2022) O princípio do direito ambiental que estabelece que aquele que usar os recursos ambientais deve pagar por esse uso, na medida em que está usando algo que é um bem de uso comum, isso é, de fruição coletiva, é chamado o princípio do(a)

- a) usuário-pagador.
- b) prevenção.
- c) poluidor-pagador.
- d) desenvolvimento sustentável.



7. (INSTITUTO MAIS/2022) Dos princípios do direito ambiental, e correto afirmar que o princípio da precaução

- a) permite evitar a degradação ou minimizá-la.
- b) remete à ideia de responsabilidade atribuindo ao poluidor a obrigação de reparar o dano.
- c) é qualificado pela existência de uma ameaça a danos graves ou irreversíveis, bem como pela desnecessidade de certeza científica absoluta.
- d) é aplicado em relação aos impactos ambientais conhecidos e dos quais se possa estabelecer as medidas necessárias para prever e evitar os danos ambientais.

8. (IFEP/2019) Dentre os princípios do direito ambiental, o Princípio da prevenção consiste em:

- a) Evitar e prevenir danos por meio de eliminação total de riscos abstratos, não sendo necessária a comprovação da certeza científica.
- b) O utilizador do recurso deve suportar o conjunto dos custos destinados a tornar possível a utilização do recurso e os custos advindos de sua própria utilização.
- c) Evitar os danos a partir dos riscos cientificamente certificados e comprovados, ou seja, visa evitar danos por meio de eliminação de riscos concretos.
- d) Exigir e demandar daquele que desequilibra o meio ambiente a sua devida reparação
- e) Permitir o acesso à informação e possibilita na contribuição dos interessados, e a tomar decisões.

9. (GUALIMP/2016) Presente na política ambiental brasileira, o princípio do “Poluidor-Pagador”:

- a) Obriga a internalização de custos pelos agentes econômicos responsáveis por danos e riscos impostos ao meio ambiente e a saúde humana.
- b) Busca meios e condições legais para o financiamento, pelo setor público, das despesas e custos acarretados pelo atendimento à emergências ambientais.
- c) Orienta a prevalência do regime de descentralização territorial e político-administrativa nas questões ambientais.
- d) Providencia um conjunto de instrumentos de gestão ambiental que, no âmbito do tema de emergências ambientais tem como principais objetivos introduzir mecanismos inovadores no processo de gestão e implementar o controle ambiental.

10. (CETAP/2015). A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997) estabelece que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, e que um dos seus instrumentos é a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Ao dispor que a água é um recurso dotado de valor econômico, e, permitir a cobrança pelo seu uso, a Política Nacional de Recursos Hídricos está adotando o princípio ambiental:

- a) da prevenção.
- b) da responsabilidade.
- c) da precaução.



- d) da supremacia do interesse público.
- e) do usuário-pagador.

Gabarito



- 1. C
- 2. E
- 3. C
- 4. A
- 5. B
- 6. A
- 7. C
- 8. C
- 9. A
- 10. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.